

A (re)produção dos espaços urbanos na perspectiva do trabalho doméstico

The (re)production of urban spaces from the perspective of domestic work

La (re)producción de los espacios urbanos desde la perspectiva del trabajo doméstico

Samara Santos da Silva – samara.santos@sou.unifal-mg.edu.br

Geógrafa pela Universidade Federal de Alfenas

Discente Licenciatura em Geografia pelo IFSULDEMINAS/Poços de Caldas e

Bolsista do(PIBIC/CNPq)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3033-5263>

Resumo

Este artigo procura discutir a problemática do trabalho doméstico como uma atividade fundamental para a reprodução da vida nos espaços urbanos. Para embasar o estudo teórico, foi realizada uma pesquisa histórica bibliográfica. O objetivo principal é evidenciar como as tarefas domésticas, particularmente desenvolvidas por mulheres, possuem uma função essencial na manutenção da sociedade capitalista e reproduzem nos espaços urbanos relações sociais complexas, baseadas na desigualdade étnico-racial, nos conflitos de classes e na marginalização do gênero feminino. Por meio dessas análises, deduz-se que, sem a realização efetiva do trabalho doméstico, seja ele realizado de maneira remunerada ou não, é impossível manter uma estrutura operacional em nossa sociedade contemporânea, já que a sua execução cotidiana sustenta a organização social vigente. Sendo assim, o trabalho doméstico se mostra uma categoria de análise chave para os estudos pautados na reprodução do espaço geográfico.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Trabalho; Geografia; Cotidiano.

Abstract

This article aims to discuss the issue of domestic work as a fundamental activity for the reproduction of life in urban spaces. To support the theoretical framework, a historical and bibliographic review was carried out, based on the materiality of facts. The main objective is to demonstrate how domestic tasks, primarily performed by women, play an essential role in maintaining capitalist society and reproduce, within urban spaces, complex social relations grounded in ethnic-racial inequality, class conflicts, and the marginalization of women. Based on these analyses, it is concluded that, without the effective execution of domestic work, whether paid or unpaid, it is impossible to sustain the operational structure of contemporary society, since its daily performance supports the existing social organization. Therefore, domestic work constitutes a key analytical category for studies focused on the reproduction of geographic space. KEY-WORDS: Gender, Women, Labor, Geography, Everyday life

Key words: Gender, Women, Labor, Geography, Everyday life.

Resumen

Este artículo aborda el problema del trabajo doméstico como actividad fundamental para la reproducción de la vida en los espacios urbanos. Para fundamentar el estudio teórico, se realizó una investigación histórico-bibliográfica. El objetivo principal es destacar cómo las tareas domésticas, en particular las realizadas por mujeres, cumplen una función esencial en el mantenimiento de la sociedad capitalista y reproducen complejas relaciones sociales en los espacios urbanos, basadas en la desigualdad étnico-racial, los conflictos de clase y la marginación de la mujer. A través de estos análisis, se deduce que, sin el desempeño efectivo del trabajo doméstico, remunerado o no, resulta imposible mantener la estructura operativa de la sociedad contemporánea, ya que su ejecución diaria sustenta la organización social vigente. Así, el trabajo doméstico se revela como una categoría clave de análisis para los estudios centrados en la reproducción del espacio geográfico.

Palavras-chave: Género; Mujeres; Trabajo; Geografía; Vida Cotidiana

Recebido em:17/11/2025
Aceito para publicação: 03/04/2026

Introdução

O trabalho doméstico no Brasil tem passado por importantes transformações ao longo das últimas décadas, especialmente no que diz respeito à sua formalização e ao reconhecimento de direitos, envolvendo muitos debates, principalmente sobre questões éticas e raciais.

Historicamente, essa profissão é pouco valorizada e geralmente não é vista como uma atividade que gera lucro. O que se reconhece, na maioria das vezes, é apenas a força de trabalho de quem a realiza (SILVA, 2017). A principal característica do trabalho doméstico no Brasil está enraizada em sua herança escravocrata, cujas consequências e desdobramentos ainda se manifestam de forma profunda na sociedade contemporânea.

Atualmente, embora esteja regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a profissão ainda é marcada por condições precárias. Apesar das mudanças legais, o trabalho doméstico mantém traços muito parecidos com os do período colonial. Segundo Nogueira (2017), não há como ignorar o fato de que o trabalho doméstico é atribuído ao gênero feminino e majoritariamente exercido por mulheres negras. Há um consenso sobre a desvalorização do trabalho reprodutivo em um país que sofreu com trezentos anos de escravidão. A categoria carrega, até hoje, o impacto histórico dessas características.

Em 2022, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia cerca de 5,8 milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil, sendo 92% mulheres e 61,5% mulheres negras. Ainda nesse ano, o IBGE, com base na PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), constatou que 148,1 milhões de pessoas se dedicaram aos cuidados da casa ou de pessoas, o que representa 85,4% da população com 14 anos ou mais.

O número de trabalhadoras domésticas remuneradas está aumentando nos últimos anos, impulsionado principalmente pela maior participação feminina como chefes de família. Muitas dessas mulheres, especialmente mães solo, enfrentam dificuldades como a baixa escolarização, a falta de qualificação profissional e a ausência de uma rede de apoio, o que limita suas opções no mercado de trabalho formal.

Nessas condições, o trabalho doméstico aparece como uma das poucas alternativas viáveis para garantir o sustento da família. Mesmo com a regulamentação da categoria por meio da Emenda Constitucional nº 72/2013 e da Lei Complementar nº 150/2015, que garantem direitos trabalhistas básicos como salário mínimo, jornada de trabalho definida, férias e FGTS, a informalidade ainda predomina. Estima-se que mais da metade das trabalhadoras domésticas ainda atuem sem carteira assinada.

Historicamente, as tarefas do lar sempre foram associadas ao papel feminino, o que contribuiu para naturalizar a ideia de que cuidar da casa e dos outros é uma “obrigação das mulheres”. Essa divisão de gênero, herdada do período colonial e do passado escravocrata, ainda se reflete nas relações de trabalho atuais, tornando o trabalho doméstico uma ocupação desvalorizada e frequentemente invisibilizada.

Ao analisarmos as dinâmicas que envolvem o trabalho doméstico, percebemos que essa atividade está profundamente inserida em relações étnico-raciais, conflitos de classe e papéis sociais definidos pelo gênero. O que chamamos de “trabalho doméstico” está diretamente ligado ao espaço privado, ou seja, às atividades realizadas no ambiente familiar e dentro dos lares. Compreende-se que, nesse espaço não institucionalizado, as tarefas precisam ser realizadas de forma contínua e ininterrupta.

Os afazeres domésticos são, sobretudo, percebidos como uma responsabilidade “natural” das mulheres, reforçando estereótipos de gênero que associam o cuidado do lar e da família ao papel feminino. Como afirma Federici:

O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. (FEDERICI, 2019, p. 43)

Essa questão está pautada em relações construídas historicamente, as quais reforçam a divisão sexual do trabalho no espaço. Na ciência geográfica, o estudo do espaço baseia-se nas relações entre os processos históricos que promovem transformações na natureza e consolidam a formação da sociedade.



Assim sendo, o espaço é constantemente modificado e transformado, revelando, na paisagem, as marcas históricas da sua atuação e organização (CARLOS, 2006).

É, de fato, inegável que o exercício do trabalho doméstico contemporâneo não modifica nem transforma as relações sobre o espaço, mas, sim, reproduz e consolida ações já existentes, como as desigualdades sociais e raciais, além da divisão sexual do trabalho, historicamente atribuída ao gênero feminino. Ao longo da reflexão realizada nesta pesquisa, serão apresentados estudos, teses e artigos que embasam a discussão e demonstram como o trabalho doméstico se insere como categoria de análise nos estudos sobre a (re)produção do espaço.

O espaço urbano como produto das relações

A fim de iniciar a discussão acerca do espaço urbano, é necessário revisar alguns estudos que abordam o tema. Para Corrêa (1984), o espaço urbano constitui um conjunto de símbolos, um campo de lutas e fragmentos que condicionam as dimensões sociais. Santos (1993), contribui com a discussão ao afirmar que o espaço urbano é resultado de um processo histórico desigual, cujas feições refletem as relações de poder.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o único quadro no qual a história se dá. (SANTOS, 2011, p.63).

Além disso, Carlos (1996) alega que o espaço urbano está condicionado aos processos de reprodução do capital, sendo também produto desse mesmo processo. O autor discute o urbano como o espaço onde a materialização e a divisão espacial do trabalho se reproduzem.

O urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca) mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida. É, todavia, na materialização da divisão espacial do trabalho que aparecem as relações contraditórias do processo de reprodução do capital (CARLOS, 1996, p.84).

Massey (2013) contribui para a discussão ao afirmar que o espaço pode ser entendido como uma produção contínua, sempre em movimento. A autora entende o espaço como “uma multiplicidade discreta, cujos elementos, porém, estão, eles próprios, impregnados de temporalidade”.

O espaço social, para Gottdiener (1993), é formado pelo uso diário que as pessoas fazem dos lugares, resultado da convivência e da experiência de todas as classes sociais. Esse espaço, mais vivo e próximo das pessoas, entra em conflito com o espaço abstrato, planejado de forma distante, guiado pelos interesses do Estado e da classe dominante.

Segundo Lefebvre (2006), para analisar os acontecimentos e os fenômenos que ocorrem nos espaços urbanos, é necessária uma instrumentalização metodológica, colocando em análise a forma, a função e a estrutura. Essa instrumentalização permite delimitar o espaço urbano como um produto social, resultado da interação dos processos econômicos, políticos e sociais.

É nesse espaço que o trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres vai tomando forma. Nesse ambiente fragmentado, marcado pelas multiplicidades das formas e desigualdades espaciais, essa atividade consolida a reprodução sistêmica do capital.

O trabalho doméstico desempenha um papel principal na reprodução de uma dinamicidade econômica; é por meio de seu exercício diário que todas as demais atividades existentes na rotina de uma sociedade capitalista se materializam e se tornam possíveis. No entanto, o trabalho doméstico torna-se produto das relações históricas que o cercam e constitui-se como uma atividade marcada pelo estigma social de gênero e ancestralidade.

No contexto urbano, delimitado em seu pleno exercício, as tarefas domésticas são a estrutura básica da vida cotidiana. A essência do espaço social é justamente marcada por esse conceito de cotidiano, que transcorre no urbano e perpetua o espaço abstrato por meio de representações sociais. O que busco evidenciar é que, apesar de estigmatizado e reduzido a meras tarefas rotineiras, sem perspectiva de produzir lucros dentro da dinâmica acumulativa do capital, o trabalho doméstico é a base para a reprodução desse sistema.

Essa contradição entre um fenômeno experimentado no cotidiano, mas que não gera atributos dentro de um espaço urbano planejado e materializado

em uma sociedade capitalista, é exemplificada por Lefebvre (1974), por meio dos conceitos de espaço concebido e espaço vivido.

A reprodução da sociedade se materializa no espaço; a cidade, portanto, é pensada, desejada e construída pelos agentes responsáveis pela produção e reprodução do espaço urbano. A partir da perspectiva pela qual entendemos o espaço urbano, todas as formas de apropriação e dominação no urbano representam contradições e conflitos que se materializam no espaço, e essa lógica se apresenta na dinâmica cotidiana do trabalho doméstico.

Análise cotidiana e a manutenção da vida social

O trabalho doméstico, historicamente, desempenha um papel fundamental na dinâmica cotidiana das famílias, sendo essencial para a manutenção da sobrevivência diária e para a organização básica da vida nos contextos urbanos. Além de sua função prática, esse tipo de trabalho revela um conjunto de relações sociais no âmbito familiar, sendo caracterizado pela centralidade da atuação feminina na realização dos serviços domésticos.

Analisar o cotidiano vivenciado por essas mulheres implica a compreensão das relações intrínsecas que o trabalho doméstico reproduz no dia a dia. Esse cotidiano é permeado por interações que materializam, no espaço, suas características sociais mais marcantes.

Conforme argumenta Lefebvre (2006), a reprodução das relações sociais de produção e de luta de classes manifesta-se por meio da apropriação e dominação do espaço cotidiano, sendo este último internalizado em todo o espaço vivido. No cotidiano, podemos observar conflitos que sinalizam as contradições vividas. Os enfrentamentos étnico-raciais e de gênero, observados no trabalho doméstico, ganham destaque por meio da subjetividade. Não basta analisar o sistema econômico, os meios de produção e o trabalho para compreender a produção do espaço; é necessário observar o ambiente privado e criar categorias de análise específicas para entender como o sistema capitalista se manifesta no cotidiano.

É por meio dessa narrativa que o trabalho doméstico passa a ser observado como um produto da manutenção social, pautado no cotidiano dos espaços urbanos. Compreende-se que, sem a realização diária dessas atividades domésticas, o manejo da vida urbana seria impossível: sem a roupa está limpa todos os dias, sem o café na mesa, sem a cama arrumada e o almoço servido.

Esses “simples” encargos domésticos permitem e impulsionam as atividades do mundo contemporâneo e do trabalho fora do ambiente familiar. Nesse contexto, também podemos afirmar que as mulheres, quando executam esses serviços domésticos, tidos como insignificantes perante a lógica do capital, seja ele remunerado ou não, estão vivenciando e reproduzindo condições que retratam o espaço urbano, por meio das relações interpessoais e de suas interconexões.

Damiani (1999) traz esse conceito para exemplificar a vida cotidiana, afirmando que:

A realidade ordinária, cotidiana, que nasce no lugar e o constitui, feita de fatos e situações, que mantêm a vida, pode e é o que torna a cotidianidade de um tema a se examinar, compreendendo o extraordinário no ordinário, o sentido do insignificante. (DAMIANI, 1999, p. 164)

Para compreender as questões relacionadas ao trabalho doméstico no meio urbano, é necessário adentrar na (re)produção do espaço, pois é nele que o espaço social se delimita.

A produção do cotidiano no mundo moderno vincula-se à ampla difusão do consumo que criou o reino da mercadoria consequentemente possibilitando a penetração das relações capitalistas na esfera doméstica associada à necessidade de reprodução do capital através da reprodução das relações sociais que produz um modo de vida, um modo de consumo, um tipo de consumidor, valores e necessidades.(CARLOS, 2007, p.52)

O consumo não é apenas uma atividade econômica, mas um mecanismo pelo qual as relações capitalistas penetram na esfera doméstica, ou seja, no espaço privado e na vida das pessoas. Essa dinâmica ocorre porque a reprodução do capital depende da reprodução das relações sociais, isto é, das formas como as pessoas vivem, consomem, se relacionam e se organizam no dia a dia.

Portanto, Carlos (2007) argumenta que o capitalismo molda não só a economia, mas também os modos de vida, os padrões de consumo, as identidades



dos consumidores, bem como os valores e necessidades das pessoas. Isso implica que o cotidiano deixa de ser apenas um conjunto de rotinas pessoais para se tornar parte ativa e estruturante do sistema capitalista, consolidando a reprodução social e econômica.

Sendo assim, o trabalho doméstico representa uma dimensão central na reprodução da vida social, sobretudo quando observado sob a ótica do cotidiano. Por meio dele, não apenas se garantem as condições materiais e simbólicas de subsistência, mas também se reproduzem valores, normas e práticas sociais fundamentais à organização da vida coletiva.

No interior dos lares, esse tipo de trabalho manifesta-se como uma prática cotidiana invisibilizada, frequentemente naturalizada e atribuída, historicamente, às mulheres, evidenciando, assim, a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero.

A importância da reflexão sobre o trabalho doméstico e seus desdobramentos

Refletir sobre a temática do trabalho doméstico implica compreender não apenas sua função material, relacionada à limpeza, alimentação, cuidado e manutenção do lar, mas também os seus desdobramentos simbólicos, políticos e espaciais. A espacialidade do trabalho doméstico revela como as práticas cotidianas se articulam a processos mais amplos de dominação, desigualdade e reprodução social.

Um dado que exemplifica essa discussão é a significativa quantidade de mulheres que se dedicam aos afazeres domésticos. Em 2022, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que aproximadamente 91,3% das mulheres realizavam atividades domésticas, em comparação com 79,2% dos homens.

Ainda segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2022), as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e aos cuidados, como

cozinhar, limpar, fazer compras e cuidar de pessoas, enquanto os homens dedicam cerca de 11,7 horas. Esses dados estão representados a tabela a seguir:

Tabela 1 - Indicadores do trabalho doméstico no Brasil (2022)

| Indicador | Valor / Média |
|--|----------------------------------|
| Pessoas empregadas no trabalho doméstico remunerado | 5,8 milhões (~ 5,9% da ocupação) |
| Mulheres entre as domésticas remuneradas | 91,4% |
| Mulheres negras entre domésticas | 63,9% |
| Horas semanais de trabalho doméstico (não remunerado): Mulheres | 21,3 h |
| Horas semanais de trabalho doméstico (não remunerado): Homens | 11,7h |
| Diferença de carga semanal | 9,6 horas |
| Percentual que fez cuidado de pessoas | Mulheres: 34,9%/ Homens: 23,3% |

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua 2022.

Dessa forma, pensar o trabalho doméstico a partir da reprodução do espaço é fundamental para evidenciar como ele não apenas sustenta a vida material, mas também contribui para a manutenção de estruturas sociais desiguais. Trata-se de um campo de análise que exige atenção crítica às dinâmicas que operam dentro dos lares, mas que reverberam na totalidade da sociedade, configurando o espaço como uma instância ativa na produção e reprodução das relações sociais.

Compreender seus indicadores como o volume de horas, o perfil de quem realiza essas atividades e sua distribuição entre gêneros, raças e classes permite evidenciar as relações de poder, as desigualdades sociais e os mecanismos que sustentam a organização do espaço urbano e rural.

No caso do trabalho doméstico não remunerado, frequentemente realizado por mulheres, especialmente negras e de baixa renda, observa-se que ele garante a manutenção da força de trabalho produtiva. Ou seja, cuida, alimenta, limpa e provê suporte para que outras pessoas possam se dedicar ao trabalho formal. Esse tipo de atividade é inviabilizada pelas estatísticas econômicas tradicionais, mas é essencial para o funcionamento do sistema capitalista e da lógica urbana.

Já o trabalho doméstico remunerado exercido por empregadas domésticas, diaristas, cuidadoras, entre outras, reflete diretamente as desigualdades estruturais do país. A concentração dessa força de trabalho em áreas urbanas de maior renda revela como determinados espaços concentram funções reprodutivas delegadas a outras camadas sociais, perpetuando relações de classe e raça no tecido urbano.

Além disso, os indicadores permitem compreender como o tempo e o espaço são organizados na vida cotidiana. Mulheres que acumulam jornadas duplas com trabalho fora e dentro de casa, vivenciam o espaço de forma distinta, com menos tempo disponível para deslocamentos, lazer e educação, o que influencia diretamente sua qualidade de vida, mobilidade, ocupação e autonomia socioespacial.

Considerações Finais

O presente artigo buscou evidenciar a centralidade do trabalho doméstico, tanto remunerado quanto não remunerado na reprodução da vida social e na organização dos espaços urbanos. A partir de uma análise fundamentada em referenciais teóricos da geografia crítica, bem como em dados estatísticos atualizados, foi possível compreender que as tarefas domésticas, majoritariamente atribuídas às mulheres negras e de baixa renda, constituem a base estrutural para o funcionamento da sociedade capitalista contemporânea.

Ao tratar o espaço urbano como produto das relações sociais, observa-se que o trabalho doméstico não apenas ocorre nesse espaço, mas também reproduz desigualdades históricas de raça, classe e gênero que o estruturam. A invisibilidade atribuída a essas tarefas resulta diretamente de uma construção



social que naturaliza a divisão sexual do trabalho e relega à esfera privada atividades essenciais à manutenção da vida cotidiana.

A pesquisa procurou demonstrar que o trabalho doméstico é um elemento indispensável à produção e à reprodução do espaço geográfico, revelando-se uma categoria de análise fundamental para os estudos urbanos e para a crítica das estruturas sociais. Ignorar sua importância significa perpetuar a marginalização histórica dessas trabalhadoras e manter intactas as engrenagens que sustentam as desigualdades refletidas no espaço.

Portanto, refletir sobre o trabalho doméstico é também compreender como o espaço urbano se movimenta: um espaço que, embora pensado e planejado, carrega em sua dinâmica cotidiana as marcas de um passado escravocrata e patriarcal que ainda molda o presente. A superação dessas desigualdades passa, necessariamente, pelo reconhecimento político, econômico, social e revolucionário da relevância do trabalho doméstico na reprodução da vida e do espaço.

Referências

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Institui o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências.** Presidência da República, 1 jun. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm> Acesso em: 18 ago. 2025.

CARLOS, Ana Fani A. **A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista.** Crise urbana. Tradução. São Paulo: Contexto, 2007.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1984.

DAMIANI, Amélia. **O lugar e a produção do cotidiano.** Novos caminhos da geografia. Tradução. São Paulo: Contexto, 1999.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Trad. Coletivo Sycorax. Editora Elefante, 2019.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outras formas de trabalho 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>> Acesso em: 19 ago. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, (1974) 6. ed.2006.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NERY, Carmen; BRITTO, Vinícius. **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. Agência de Notícias IBGE, 11 ago. 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso em: 18 ago. 2025.

NOGUEIRA, Tamis. **A identidade negra do trabalho doméstico no Brasil**. Cadernos de Gênero e Diversidade, Mucama Permitida, [S.L.], v. 3, n. 4, p. 47, 21 dez. 2017. Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2011.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, SP: Hucitec, 1993.

SILVA, Joseli. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, jul./dez. 2007.

SILVA, Natália, et al. **Feminismo e o Espaço Urbano: Apontamentos para o Debate**. ENANPUR XVII, São Paulo, 2017.